

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]

Setembro-outubro 2025



Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas
Governo da República Democrática
de Timor-Leste



Agradecimentos do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

O Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFTM) vem, por este meio, agradecer a todos os que contribuíram para o sucesso da Consulta Pública sobre a Política e Plano de Ação da Economia Azul [2025–2035]. Este processo constituiu um passo decisivo na construção de um futuro azul, sustentável e próspero para Timor-Leste.

Contributos *online*

A todos os que participaram na fase *online*, entre 11 e 30 de setembro de 2025, o GFTM expressa o seu sincero agradecimento. A contribuição da sociedade civil, dos parceiros de desenvolvimento, do setor privado, das organizações não-governamentais (ONGs) e da academia acrescentou profundidade técnica e propostas práticas que irão enriquecer a versão final da Política e do Plano de Ação.

Participantes presenciais

Regista-se com particular relevo a participação de cerca de 700 representantes de todo o território nacional, incluindo Chefes de Suco, Administradores de Postos Administrativos e Presidentes das Autoridades Municipais (PAM), bem como altos membros do Governo, na sessão de 21 de outubro no Ministério das Finanças. O elevado compromisso e a excelência das intervenções nas sessões de perguntas e respostas atestaram a Economia Azul como prioridade nacional, forjada em diálogo inclusivo com e para os cidadãos.

Um reconhecimento institucional especial é devido ao Ministério da Administração Estatal e aos pontos focais ministeriais, pelo papel decisivo na mobilização e coordenação nacional. Destacam-se ainda os 187 contributos escritos recebidos, que serão fundamentais para transformar preocupações locais em soluções concretas.

Primeiro-Ministro

Um agradecimento especial é dirigido a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, pela liderança visionária demonstrada ao presidir à sessão presencial de 21 de outubro de 2025. As suas mensagens de abertura e encerramento reforçaram a visão da Economia Azul como motor estratégico de crescimento e desenvolvimento para o país.

Este processo demonstrou que, quando o Governo e a sociedade trabalham juntos, é possível transformar potencial em oportunidades reais. Com o vosso contributo, Timor-Leste está mais preparado para concretizar a visão de um **Timor-Leste Azul, Resiliente e Próspero**.

Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas

Díli, Timor-Leste, 12 de dezembro de 2025

Índice

1. Introdução	4
2. Metodologia e Participação	7
3. Consulta online (11 a 30 de setembro de 2025)	8
4. Consulta presencial (21 de outubro de 2025)	10
• Discurso de Abertura proferido por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão • Apresentação da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035] • Sessão de Perguntas e Respostas • Recomendações • Discurso de Encerramento	
5. Conclusão	17
6. Anexos	18
• Documentos disponibilizados na Consulta Pública online e Consulta Presencial 21 de outubro de 2025 • Agenda da Consulta Pública da Política e Plano Ação da Economia Azul com as Autoridades Municipais e Líderes Comunitários • Formulários de participação (Formuláriu Ba Partisipasaun Konsulta Públika) • Sumário Executivo: Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]	

1 INTRODUÇÃO



A 25 de junho de 2025, o Conselho de Ministros de Timor-Leste aprovou, em princípio, a Política e o Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável [2025-2035]. Esta decisão evidencia o compromisso do IX Governo Constitucional de promover um modelo inovador e integrado de desenvolvimento económico que assegure a utilização sustentável dos recursos marinhos, a melhoria das condições de vida das populações costeiras e a proteção dos ecossistemas marinhos.

Para garantir que esta política reflete as necessidades e aspirações de todos os setores da sociedade, realizou-se um amplo processo de consulta pública. Este processo envolveu a participação da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, setor privado, organizações não governamentais, academia e, posteriormente, as autoridades municipais e comunidades locais, fortalecendo a representatividade territorial e social na formulação e aperfeiçoamento do documento.

Em democracia, a consulta pública é um instrumento essencial que permite aos cidadãos expressar a sua opinião ao Governo sobre determinadas matérias ou decisões, possibilitando a sua participação ativa na construção das políticas públicas e na própria gestão do país.

A consulta pública sobre a Política e Plano de Ação da Economia Azul de Timor-Leste decorreu em formato combinado: **online** e presencial.

A componente **online** decorreu entre 11 e 30 de setembro de 2025, proporcionando uma ampla participação pública e o envio de contributos sobre esta política estratégica.



No dia 21 de outubro de 2025, realizou-se uma sessão presencial no Ministério das Finanças, em Dili, que contou com a presença de cerca de 700 participantes, incluindo autoridades municipais e líderes comunitários. Entre os presentes, destacaram-se os Presidentes das Autoridades Municipais, os responsáveis dos Postos Administrativos, os Chefes de Suco e representantes de ministérios relevantes. Nesta sessão, foram apresentadas as prioridades e os objetivos da política. Seguiram-se sessões de diálogo e de recolha de contributos, com o intuito de assegurar a inclusão efetiva das partes interessadas.

A consulta pública foi, por conseguinte, um momento crucial para garantir a transparência, a inclusão e a representatividade social na construção de um modelo de governação do oceano que responda aos desafios ambientais e promova o desenvolvimento equitativo.

Esta abordagem combinada de consulta pública (*online* e presencial) reflete o compromisso do Governo em garantir um processo participativo, transparente e inclusivo para a formulação e implementação da Economia Azul, abrindo espaço para que diferentes vozes sejam ouvidas e integradas na construção de um futuro sustentável para Timor-Leste.



Cronograma da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]

2023 – Nota conceptual da Política da Economia Azul

Início de 2024 a junho de 2025 - Desenvolvimento do documento da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035], pela equipa técnica.

14 de maio de 2025 – Apresentação da 1ª parte da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035] que engloba o conceito, missão, visão em Conselho de Ministros.

25 de junho de 2025 - Aprovação em princípio da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035], pelo Conselho de Ministros.

11 de setembro a 30 de setembro de 2025 - Realização da primeira fase da consulta pública online para recolha de contributos da sociedade civil, setor privado, parceiros de desenvolvimento, academia e demais interessados.

21 de outubro de 2025 - Consulta pública presencial em Dili, com a participação das autoridades municipais e líderes comunitários.

Outubro a dezembro de 2025 - Análise dos contributos recebidos e revisão do documento da *Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]*.

Janeiro 2026 - Aprovação final da *Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]*, em Conselho de Ministros.

Fevereiro 2026 - Impressão e publicação da *Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]*.

Finis fevereiro – Finis julho 2026 – Fase de socialização e sensibilização da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035], em todos os municípios do país, junto das comunidades locais, liderada por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão.

A partir do primeiro trimestre até finais de 2026 – Início da implementação das medidas e ações da Política e do Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035].

2

METODOLOGIA E PARTICIPAÇÃO

O processo de consulta pública decorreu em duas fases complementares: *online* e presencial, garantindo ampla acessibilidade e inclusão de contributos relevantes, incluindo correções e sugestões técnicas.

- **Fase Online (11 a 30 de setembro de 2025):** Realizada através do portal oficial <https://www.gftm.gov.tl/pt/consulta-publica-ea/> permitiu o envio de contributos escritos por diversos setores, fornecendo inputs estratégicos, correções e sugestões fundamentais para o aperfeiçoamento da política.
- **Fase Presencial (21 de outubro de 2025):** Decorreu no Auditório Kay Rala Xanana Gusmão, Ministério das Finanças, em Díli, com cerca de 700 participantes, incluindo membros do Governo, Presidentes das Autoridades Municipais (PAM), Administradores de Postos Administrativos e, sobretudo, Chefes de Suco de todo o território nacional. Presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro, incluiu apresentações técnicas sobre a Política, sessões de perguntas e respostas e recolha de contributos escritos.
- **Público-Alvo:** Sociedade civil, setor privado, parceiros de desenvolvimento, comunidades locais, autoridades locais, organizações não-governamentais (ONGs), e sociedade em geral.
- **Meios de Divulgação:** Portal do Governo, redes sociais, imprensa nacional, contactos institucionais e *billboards*. A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal <https://www.gftm.gov.tl/pt/consulta-publica-ea/>.

3 CONSULTA PÚBLICA ONLINE

A consulta pública online, realizada entre 11 e 30 de setembro de 2025 através do portal oficial do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (<https://www.gftm.gov.tl/pt/consulta-publica-ea>) representou uma inovação pioneira em Timor-Leste. Foram recebidos 20 contributos de entidades estratégicas, incluindo a sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, academia e setor privado. Estes contributos forneceram sugestões técnicas relevantes, e *inputs* fundamentais para o aperfeiçoamento da política. responsável.

Principais destaques:

- **ONGs:** Coral Triangle Centre, Conservation International Timor-Leste, WorldFish, Blue Ventures, HACOSTA (Center for Coastal and Marine Resources Studies), La'o Hamutuk Institute, Leonel Training Centre (LTC), Tahi Opu Foundation
- **Academia:** Universidade de Sydney, LELI (Lorosa'e English Language Institute)
- **Setor Privado:** Caltech Group, DFBC Dili Financial Business Centre, Timor-Leste Australia Business Council
- **Parceiros de Desenvolvimento:** World Bank Group, UNCT- United Nation Country team
- **Sociedade Civil**



Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas



Economia Azul
O Meu Mar, O Meu Timor

Consulta Pública Online Online Public Consultation 11 – 30 September 2025

Economia Azul: Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste, 2025 – 2035

Blue Economy: Policy and Action Plan to Promote a Resilient and Sustainable Economy of the Sea in Timor-Leste, 2025 – 2035

Scan QR Code



Dê a sua opinião!
Give us your feedback!

Email: consultapublica@gftm.gov.tl
Web: www.gftm.gov.tl/pt/politica-de-economia-azul/



Desafios da Consulta Online

A primeira fase da consulta pública foi conduzida através de plataforma *online*, com o objetivo de recolher contributos de instituições governamentais, parceiros de desenvolvimento e cidadãos. O processo visou assegurar transparência, inclusão e participação ampla na definição de prioridades estratégicas.

A realização desta consulta pública por meio de uma plataforma *online* representa um marco histórico e um exercício pioneiro em Timor-Leste. Esta iniciativa reflete o compromisso do Governo em modernizar os mecanismos de governação e em ampliar a participação cívica, possibilitando um envolvimento mais amplo e acessível da população no processo de formulação de políticas públicas. Contudo, apesar do seu carácter inovador, esta fase inicial do processo participativo enfrentou constrangimentos significativos que comprometeram a sua plena eficácia e alcance.

Os principais desafios identificados incluem:

- **Atrasos nas traduções e barreiras linguísticas:** A disponibilização tardia da versão em tétum limitou severamente a participação imediata das comunidades dependentes dessa língua, fragilizando a inclusão essencial e perpetuando desigualdades linguísticas.
- **Inconsistências nos dados setoriais:** Divergências entre as informações dos ministérios e dos parceiros de desenvolvimento revelaram lacunas críticas na harmonização e validação dos dados, minando a fiabilidade do processo.
- **Cobertura territorial insuficiente:** O alcance limitado da consulta *online* expôs profundas desigualdades digitais, marginalizando comunidades remotas e vulneráveis que carecem de acesso à internet.
- **Complexidade excessiva do documento:** A linguagem técnica densa e o volume excessivo de conteúdo dificultaram a compreensão por parte de cidadãos e organizações sem formação especializada, o que reduziu o impacto participativo e a apropriação do documento.

4 SESSÃO PRESENCIAL



CONSULTA PÚBLICA DA POLÍTICA E PLANO DE AÇÃO DA ECONOMIA AZUL COM AS AUTORIDADES MUNICIPAIS E LÍDERES COMUNITÁRIOS

21 de outubro de 2025, Ministério das Finanças

A presente consulta pública constitui um exercício fundamental de participação democrática, imprescindível para assegurar que a estratégia nacional de desenvolvimento da Economia Azul seja amplamente validada e enriquecida pela perspectiva local.

O Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão proferiu o discurso de abertura perante uma sala cheia, com cerca de 700 participantes, incluindo Chefes de Suco e Presidentes de Postos Administrativos, sublinhando a visão política e o potencial da Política e Plano de Ação da Economia Azul para contribuir para o desenvolvimento nacional de forma integrada e inclusiva.

Seguiram-se apresentações técnicas e detalhadas, que destacaram as prioridades e oportunidades da Economia Azul para impulsionar o desenvolvimento nacional, apoiar a biodiversidade e conservação marinha e garantir a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

Após as apresentações, os Líderes Comunitários participaram em sessões de perguntas e respostas, apresentando também contributos escritos para assegurar que as suas opiniões e as prioridades das comunidades representadas sejam refletidas na versão final da política.

O Governo de Timor-Leste reconhece o papel essencial das lideranças comunitárias na definição do futuro dos recursos marinhos do país, incentivando uma ampla participação neste processo de consulta pública.

A próxima fase de consultas sobre a *Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025–2035]* decorrerá ao longo de 2026, sob a liderança do Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão, abrangendo todos os municípios do país.

Discurso de Sua Excelência, o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão

O senhor Primeiro-Ministro iniciou a sua intervenção explicando que a Economia Azul começa nas montanhas e termina no mar, reforçando que o desenvolvimento sustentável deve ter uma visão integrada entre os ecossistemas terrestres e marinhos. Recordou a sua visita, no ano anterior, ao município de Aileu, em Selo Kraik, onde transmitiu à população que a preservação das nascentes e florestas é essencial para garantir a saúde dos rios e, por conseguinte, do oceano.





Destacou que, apesar dos avanços, o país continua a enfrentar sérios problemas de poluição e má gestão dos resíduos, sobretudo durante a época das chuvas, quando o lixo é arrastado para o mar, provocando graves impactos ambientais. Alertou também para as dificuldades globais causadas pelas alterações climáticas, sublinhando que Timor-Leste, enquanto ilha inserida no Triângulo de Coral — que se estende das Filipinas até Timor-Leste —, tem uma grande responsabilidade na proteção da sua biodiversidade marinha, atualmente ameaçada pela exploração turística e por práticas humanas insustentáveis.

O Primeiro-Ministro recordou o período da UNTAET, em 2000, e expressou a sua alegria por ver o povo timorense finalmente livre e confiante no futuro. Sublinhou, contudo, que essa liberdade deve agora traduzir-se em ações concretas para proteger os recursos naturais e assegurar o bem-estar das gerações vindouras. “A verdadeira riqueza de Timor-Leste está no mar”, afirmou, reforçando a importância de conservar e valorizar a biodiversidade marinha como base da subsistência do povo.

Durante o seu discurso, anunciou que em novembro de 2025, Timor-Leste receberá um navio de investigação científica internacional, que já percorreu o mundo em missões oceanográficas, e que realizará estudos sobre o mar de Timor. Esta visita contribuirá para fortalecer o conhecimento científico e apoiar políticas de gestão sustentável dos recursos marinhos.

S.E. o Primeiro-Ministro dirigiu-se aos Presidentes das Autoridades Municipais, apelando à proteção e valorização dos espaços naturais sob sua responsabilidade, destacando o turismo comunitário como modelo alternativo de desenvolvimento local. Defendeu que o país deve evitar a construção de grandes hotéis e, em vez disso, promover o turismo de base comunitária, que gera benefícios diretos para as populações e preserva o património natural e cultural.

Sublinhou também que a proteção ambiental não deve ser vista como uma responsabilidade exclusiva das zonas costeiras. “Mesmo quem vive longe do mar deve entender que o oceano é parte da nossa vida, pois é dele que vem o oxigénio e o equilíbrio do nosso planeta”, afirmou. Reforçou a necessidade de educar os jovens, estudantes e crianças sobre a importância da limpeza e da preservação do ambiente, salientando que os Chefes de Suco e presidentes de postos administrativos locais têm um papel essencial nesta missão.

O Primeiro-Ministro destacou ainda que o turismo comunitário representa uma oportunidade real para gerar rendimento e promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades. Referiu o exemplo da Grande Barreira de Corais, na Austrália, como um alerta sobre os efeitos negativos do turismo descontrolado, que tem provocado danos graves à vida marinha.

O Primeiro-Ministro apelou a todos para que se preparem para um novo paradigma de turismo em Timor-Leste, distinto do modelo massificado de destinos vizinhos como Bali. Incentivou a criação de uma oferta turística autêntica, onde cada município contribua com uma proposta gastronómica diversificada, integrada e representativa do seu património cultural.

Sublinhou a centralidade da Economia Azul para o conhecimento, valorização e uso sustentável das riquezas do mar. Destacou o papel fundamental dos Chefes de Suco na difusão e implementação de boas práticas ambientais e turísticas nas comunidades, reforçando que o mar é o maior ativo do país e deve ser gerido com prudência e responsabilidade para beneficiar gerações presentes e futuras.

O Governo aposta, como estratégia principal, no turismo comunitário, privilegiando o envolvimento direto das comunidades locais, evitando grandes hotéis e promovendo benefícios económicos, sociais e ambientais de forma inclusiva. Esta abordagem confere autenticidade à experiência turística, preserva o património natural e cultural e assegura a sustentabilidade da Economia Azul de Timor-Leste no longo prazo.



SESSÃO PRESENCIAL

Concluiu o seu discurso afirmando que a Economia Azul é um instrumento vital para desenvolver Timor-Leste de forma sustentável e inovadora, equilibrando a conservação ambiental com o progresso económico. Sublinhou que a riqueza do país não se mede apenas pelas receitas do Estado, mas sim pela melhoria das condições de vida das comunidades, através da valorização dos recursos locais.



Apresentação da Política e Plano de Ação da Economia Azul – Quadro Estratégico: Eixos, Pilares e Objetivos Estratégicos

Durante a consulta pública à Política e Plano de Ação da Economia Azul [2025-2030], realizada com autoridades municipais e líderes comunitários, a Diretora Executiva do Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas, Elizabeth Exposto, apresentou, a política, aprovada em princípio pelo Conselho de Ministros em 25 de junho de 2025.



A política estrutura-se em três partes: introdução e enquadramento geral; quadro estratégico, com visão «Timor é TASI!», objetivo de desenvolvimento marítimo sustentável e missão de proteção resiliente dos recursos marinhos; e plano de ação detalhado em tabela com pilares, objetivos, ações, responsáveis e prazos.

Assenta em quatro eixos:

- Investigação, educação e comunicação (Conhecer o Mar);
- Preservação e conservação marinha (Respeitar o Mar);
- Utilização sustentável do mar (Viver com o Mar);
- Medidas transversais de implementação (saneamento básico, gestão de zonas húmidas, desenvolvimento rural, Conta Satélite do Mar e planeamento/financiamento).

A Diretora Executiva apelou ao apoio das autoridades locais e das comunidades na implementação da política, através de parcerias com o Governo, parceiros de desenvolvimento, ONGs e setor privado. Sublinhou, ainda, que os recursos marinhos de Timor-Leste constituem a base para o desenvolvimento inclusivo e para a conservação global.

Continuação da apresentação sobre a Política e o Plano de Ação da Economia Azul – Quadro Estratégico: Eixos, Pilares e Objetivos Estratégicos, pela Diretora da Unidade Legal, Adelsia Silva e Oficial de Comunicação, Elvis Guterres.



No período da tarde, a sessão prosseguiu com a apresentação detalhada do Quadro Estratégico da Política e Plano de Ação da Economia Azul.

A Coordenadora da Unidade de Economia Azul, Inês Araújo-Gonçalves, focou a sua apresentação no Eixo 3: Utilização Sustentável – Viver com o Mar.



Sessão de Perguntas e Respostas

Foi concedido tempo às autoridades locais e Chefes de Suco para expressarem as suas opiniões ou colocarem perguntas relacionadas com a temática discutida ou com outras questões pertinentes às suas comunidades. Esta prática faz parte do processo de consulta e participação comunitária, permitindo que os líderes locais representem as necessidades e preocupações das suas comunidades, garantindo assim maior envolvimento e legitimidade nas decisões tomadas.



Resumo das Intervenções nas Sessões de Perguntas e Respostas

Durante as sessões realizadas nos períodos da manhã e da tarde, os participantes acolheram favoravelmente a Política da Economia Azul (PEA) e demonstraram disponibilidade para colaborar na sua implementação. As intervenções evidenciaram aspetos essenciais para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e montanhosas, bem como para a garantia de uma gestão responsável dos recursos naturais.

Na sessão da manhã, foram salientadas questões relevantes, como a necessidade de promover ações concretas nas regiões montanhosas, reconhecendo que a Economia Azul se inicia nas montanhas e termina no

mar. Os participantes expressaram preocupação com a fraca aplicação das leis ambientais, especialmente fora da capital, e solicitaram um reforço das atividades de sensibilização e fiscalização ao nível local. Foi igualmente sublinhada a importância de assegurar a continuidade da PEA e de implementar medidas efetivas de proteção ambiental, destacando-se ainda a valorização económica e o controlo do uso de plásticos descartáveis.



No período da tarde, as intervenções centraram-se na necessidade de proibir práticas de pesca predatórias - como o uso de produtos químicos e explosivos - e de reforçar a educação ambiental dirigida aos pescadores. Sublinhou-se, igualmente, a pertinência do fortalecimento das capacidades técnicas nos municípios, através de ações de formação e de intercâmbios internacionais. Os participantes recomendaram ainda o envolvimento das comunidades em campanhas de limpeza costeira, o incentivo ao turismo sustentável baseado em tradições locais e a valorização dos ecossistemas marinhos, com destaque para o plantio de mangais.



Outros pontos importantes abordados incluíram o reforço da fiscalização marítima para combater a pesca ilegal, a melhoria das infraestruturas - nomeadamente

SESSÃO PRESENCIAL

das estradas rurais – e a aquisição de embarcações de patrulha. Foi igualmente sugerida a criação de centros de reciclagem e a concessão de incentivos económicos para as lideranças locais. Foram ainda apresentadas propostas relacionadas com a reativação de projetos agrícolas.

Em síntese, as intervenções refletiram a preocupação dos participantes com a promoção da sustentabilidade ambiental, a valorização das comunidades locais e a necessidade de uma maior integração e apoio por parte das instituições públicas, de forma a garantir a concretização e continuidade dos objetivos da Política da Economia Azul.

Os post-its foram distribuídos aos participantes da Consulta Pública da Política e Plano de Ação da Economia Azul para que pudessem formalizar comentários, sugestões e preocupações relativamente aos eixos estratégicos da política.

Os formulários foram distribuídos durante a Consulta Pública da Política e Plano de Ação da Economia Azul de Timor-Leste, realizada em 21 de outubro de 2025, com o objetivo de recolher comentários, mensagens e sugestões dos participantes. Essa iniciativa foi parte do esforço do Governo para assegurar um processo participativo, transparente e inclusivo, envolvendo autoridades municipais, líderes comunitários.

Segue a lista dos comentários por Autoridade Municipal.

Nu.	Município	Comentários Chefes de Suco
	Aileu	20
	Ainaro	12
	Ataúro	2
	Baucau	34
	Bobonaro	18
	Covalima	8
	Dili	8
	Ermera	39
	Lauém	5
	Liquiça	6
	Manatuto	7
	Manufahi	12
	Viqueque	8
	RAEOA	8
Total		187





Na sequência da realização da consulta pública sobre a Política e Plano de Ação da Economia Azul, foram registadas diversas considerações e contributos que merecem atenção na etapa subsequente de finalização e implementação do documento estratégico.

Em síntese, os participantes salientaram a importância de:

- Integrar todas as contribuições recolhidas, incluindo os formulários e comentários apresentados durante as sessões presenciais e *online*, no relatório final da consulta pública. Este documento consolidado deverá ser partilhado com os ministérios competentes, autoridades municipais e parceiros de desenvolvimento, promovendo transparência e articulação institucional.
- Partilhar o documento consolidado com os ministérios competentes, autoridades municipais e parceiros de desenvolvimento, promovendo transparência e articulação institucional.
- Prosseguir e intensificar as atividades de sensibilização e educação sobre a Economia Azul nos municípios, de modo a fortalecer o conhecimento das comunidades sobre práticas sustentáveis e sobre o papel da preservação marinha no desenvolvimento nacional.
- Recomenda-se diálogo com Sua Excelência o Ministro da Administração Estatal e Sua Excelência a Ministra das Finanças, com vista a avaliar a criação de um mecanismo de apoio

ou incentivo financeiro aos Chefes de Suco, reconhecendo o papel fundamental que estes desempenham a nível comunitário.

- Estudo Comparativo e Envolvimento Comunitário: Os Chefes de Suco solicitaram unanimemente a realização de um estudo comparativo, permitindo que sejam envolvidos em qualquer atividade relacionada com a Economia Azul, de forma a reforçar e aumentar os seus conhecimentos e capacidades.
- Fortalecer a coordenação interministerial entre as entidades governamentais que intervêm no domínio da Economia Azul, assegurando a execução integrada e eficaz do Plano de Ação.

Destacou-se também o reconhecimento do papel fundamental das autoridades locais e Chefes Suco na mobilização comunitária e na implementação das políticas setoriais.

O processo de consulta pública reiterou o empenho do Governo em garantir uma abordagem participativa, inclusiva e baseada em evidências, reforçando o compromisso com o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos e costeiros para benefício das gerações presentes e futuras.

Estas recomendações refletem o contributo coletivo e plural dos participantes, que será devidamente considerado na consolidação e implementação futura da Política e Plano de Ação da Economia Azul de Timor-Leste.



Discurso de Encerramento

A sessão de encerramento foi presidida por Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, que agradeceu as valiosas intervenções e contributos apresentados durante a sessão, reconhecendo o empenho e a participação ativa de todas as autoridades municipais e líderes comunitários.

Na ocasião, o Primeiro-Ministro propôs que o **Dia Nacional do Mar** fosse instituído a **5 de junho**, coincidindo com o Dia Mundial do Ambiente, como forma de valorizar o oceano e de promover uma cultura de respeito e proteção dos recursos marinhos. A proposta foi acolhida por unanimidade por todos os presentes.

Na sua intervenção, apelou à continuidade da colaboração entre o Governo Central, as Autoridades Municipais e as Comunidades Locais, sublinhando que o sucesso da implementação da Política da Economia Azul dependerá do empenho conjunto e da coesão de todos os níveis de governação. Enfatizou que a Economia Azul deve ser entendida como uma oportunidade de crescimento inclusivo e sustentável, capaz de fortalecer a economia nacional e, ao mesmo tempo, preservar os ecossistemas que sustentam a vida e o bem-estar do povo timorense.

Ao encerrar o seu discurso, o Primeiro-Ministro deixou uma mensagem simbólica de união e solidariedade, afirmando que, “se tivesse os braços suficientemente compridos, estendê-los-ia para abraçar todos os presentes, sem deixar ninguém de fora” como expressão do seu compromisso com um Timor-Leste Azul, Sustentável e Inovador.



5 CONCLUSÃO

A consulta pública sobre a Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035], realizada nos formatos online e presencial, representou um importante exercício de participação democrática e inclusiva.

Pela primeira vez em Timor-Leste, foi implementado um processo estruturado e aberto de auscultação nacional referente a uma política estratégica para o setor marinho, possibilitando a recolha de contribuições diversificadas de líderes comunitários, autoridades municipais, setor privado, sociedade civil, academia, ONGs, cidadãos interessados e parceiros de desenvolvimento.

As opiniões expressas durante a consulta evidenciaram um consenso amplo sobre a relevância da educação para fomentar práticas sustentáveis, o reconhecimento do papel fundamental das comunidades locais como protagonistas da transformação e a necessidade de uma estreita coordenação institucional para garantir o sucesso na implementação da política.

O processo reforça, deste modo, os alicerces para uma governação colaborativa no domínio da Economia Azul. Os contributos dos participantes, especialmente dos parceiros de desenvolvimento, colmataram lacunas essenciais da versão inicial, captando opiniões relevantes de todas as camadas sociais e facultando aos cidadãos a participação ativa e inclusiva na construção desta política.

A consulta pública é um marco essencial, que culminará com a aprovação final em Conselho de Ministros em janeiro de 2026 e o início da implementação das medidas e ações a partir do primeiro trimestre de 2026, após a fase de socialização liderada por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão.

Deste modo, a iniciativa orienta as ações futuras para consolidar Timor-Leste como um exemplo de gestão responsável e sustentável dos seus vastos recursos marinhos — garantindo um legado perene para as gerações atuais e vindouras.



6 ANEXOS

Documentos disponibilizados na Consulta Pública (*online* e Consulta Presencial 21 de outubro de 2025):

- Agenda da Consulta Pública da Política e Plano Ação da Economia Azul com as Autoridades Municipais e Líderes Comunitários
- Formulários de participação (*Formuláriu Ba Partisipasaun Konsulta Públika*)
- Sumário Executivo: Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]

**AGENDA DA CONSULTA PÚBLICA DA POLÍTICA E PLANO DE AÇÃO DA
ECONOMIA AZUL COM AS AUTORIDADES MUNICIPAIS E LÍDERES
COMUNITÁRIOS**

21 de outubro de 2025

HORAS	ATIVIDADES
08:00 - 09:00	Registo
09:00 - 09:05	Vídeo 1: <i>Biodiversidade marinha e o potencial da Economia Azul em Timor-Leste</i>
09:05 - 10:00	Abertura pelo Primeiro-Ministro
10:00 - 10:05	Vídeo 2: Economia Azul: <i>Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste [2025-2035]</i>
10:05 - 10:30	Apresentação sobre a Política e o Plano de Ação da Economia Azul – Quadro Estratégico: Eixos, Pilares e Objetivos Estratégicos
10:30 - 11:00	Pausa para Café
11:00 - 12:00	(Cont.) Apresentação sobre a Política e o Plano de Ação da Economia Azul – Quadro Estratégico: Eixos, Pilares e Objetivos Estratégicos
12:00 - 12:30	Perguntas e Respostas
12:30 - 14:00	Pausa para Almoço
14:00 - 15:30	(Cont.) Apresentação sobre a Política e o Plano de Ação da Economia Azul – Quadro Estratégico: Eixos, Pilares e Objetivos Estratégicos
15:30 - 16:00	Perguntas e Respostas
16:00 - 17:10	Contribuições escritas das autoridades municipais e dos líderes comunitários
17:10 - 17:30	Considerações finais

ANEXOS



FORMULÁRIU BA PARTISIPASAUN

Konsulta Públika ba Política no Planu Asaun Ekonomia Azul nian

Loron: 21 de outubro de 2025

Fatin: Auditório Kay Rala Xanana Gusmão – Ministeriú Finanzas

Oras: 09:00 – 17:00

Dadu husi Partisipante

Naran kompletu:

Pozisaun/Funsaun:

Kontacto telefóni:

Munisípiu:

Posto Administrativu:

Suku:

Mensagem / Comentáriu



Nota: Formuláriu ida-ne'e iha objetivu atu rekolla kontribuisaun no observasaun husi partisipante sira hotu kona-ba Konsulta ba Política no Planu Asaun Ekonomia Azul iha Timor-Leste. Ita-nia hancin importante tebes atu ajuda hadia no halo diak liu tan instrumentu importante ida-ne'e ba desenvolvimento sustentável.

Obrigadu barak!



Economia Azul

O Meu Mar, O Meu Timor

SUMÁRIO EXECUTIVO
ECONOMIA AZUL: POLÍTICA
E PLANO DE AÇÃO PARA
A PROMOÇÃO DE UMA
ECONOMIA DO MAR
RESILIENTE E SUSTENTÁVEL
EM TIMOR-LESTE

2025-2035

SUMÁRIO EXECUTIVO

ECONOMIA AZUL: POLÍTICA E PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE UMA ECONOMIA DO MAR RESILIENTE E SUSTENTÁVEL EM TIMOR-LESTE [2025-2035]

Introdução

A “Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste” pretende estabelecer a visão política e estratégia de ação do IX Governo Constitucional, para este setor, para os próximos dez anos (2025-2035).

No âmbito da promoção de uma economia do mar resiliente e sustentável, que tenha como pilar fundamental uma abordagem ecossistémica¹, pretende-se a valorização do oceano e dos recursos marinhos, através de um planeamento equilibrado na sua utilização e no desenvolvimento de atividades económicas, considerando a capacidade dos ecossistemas marinhos para suportarem essas atividades e a capacidade da sua recuperação.

A perspetiva adotada visa, fundamentalmente, uma mudança de paradigma de desenvolvimento económico de Timor-Leste, através da adoção de uma abordagem integrada que equilibra o uso sustentável dos recursos marinhos, a melhoria das condições de vida das populações e a proteção dos ecossistemas marinhos, ao mesmo tempo que se impulsiona, de forma inclusiva, a criação de emprego, a erradicação da pobreza e a mitigação dos impactos das alterações climáticas.

O Governo, ao investir na economia azul, pretende focar-se em três fatores: o **social**, com vista à redução da pobreza e criação de rendimentos e melhoria das condições de vida; o **económico**, que inclui o consumo, produção, comercialização, serviços e investimentos; e o **ambiental**, com vista à proteção dos ecossistemas e recursos naturais.

Timor-Leste é um Estado marítimo

Timor-Leste é um Estado meia-ilha rodeado por águas cristalinas e abundantes em biodiversidade. Está localizado no Triângulo de Coral, que é uma região que alberga uma das áreas com a maior concentração de espécies ²marinhas do planeta.

¹ Perspetiva que considera as interações complexas entre os seres vivos e os elementos não vivos, como o solo, a água e o clima de um ecossistema.

² <http://ctatlas.coraltriangleinitiative.org/About>

O Triângulo de Coral inclui 30% dos recifes de coral do mundo. Esta região, onde vivem cerca de 76% das espécies de coral conhecidas, contém também a maior diversidade de peixes de recife, com 2 500 ou 37% das espécies de peixes de recife². O Triângulo de Coral estende-se por 6 000 000 km² de terra e mar, localizados nos territórios da Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Ilhas Salomão e Timor-Leste, e é lar para seis das sete espécies de tartarugas marinhas do mundo, bem como de baleias azuis, cachalotes e dugongos.

Timor-Leste, cercado por ricos recifes de coral e densas florestas de mangais, tem um importante espaço marítimo nacional e vastos recursos marinhos, os quais são valorizados pelo seu povo há tempos imemoriais. A longa relação dos timorenses com o oceano, faz com que a sustentabilidade ambiental esteja enraizada na cultura de Timor-Leste, recorrendo-se frequentemente a cerimónias tradicionais, como o Tara Bandu, para a conservação ambiental e sustentabilidade futura.

O Governo acredita que, através do desenvolvimento da economia azul – uma economia do mar resiliente e sustentável – contribuirá para o uso sustentável do oceano, mares e zonas costeiras e, consequentemente para o crescimento económico, melhores condições sociais e preservação ambiental.

Princípios orientadores do Quadro Político e Plano de Ação para a Economia Azul de Timor-Leste

A Política e Plano de Ação para a Economia Azul de Timor-Leste, **cujá versão completa deverá ser consultada no <https://www.gftm.gov.tl/tdt/konsulta-publika-ea/>**, teve em consideração os seguintes princípios e objetivos orientadores:

— **Boa Governação do Oceano:** criar uma estrutura política e administrativa adequada para o desenvolvimento da economia azul, incluindo a revisão e a criação do quadro legal necessário e adequado, bem como as políticas associadas para assegurar uma gestão coordenada, integrada, intersectorial e multidisciplinar. A boa governação do oceano inclui a necessária interação terra-mar, exigindo coordenação intersectorial e articulação entre o ordenamento do território terrestre e marítimo.

— **Proteção, preservação e conservação do meio ambiente marinho:** avaliar as medidas em curso para a proteção, preservação e conservação dos ecossistemas marinhos, tendo em vista a sua adequação e eficiência, bem como criar medidas novas que visem garantir a sustentabilidade e resiliência dos ecossistemas marinhos. Este levantamento e estudos de biodiversidade têm de ser apoiados por uma sólida base científica.

— **Responsabilidade intergeracional:** o meio ambiente marinho convoca todas as gerações e é um importante legado a proteger, em benefício das futuras gerações. Nesse sentido, para um investimento seguro e duradouro para o futuro da economia azul nacional, é importante formar uma geração azul e promover o conhecimento sobre a importância do oceano e dos recursos marinhos, assegurando a participação ativa das comunidades e do público em geral. É ainda importante dar a conhecer o valor do mar como ativo estratégico e a sua importância para o desenvolvimento económico sustentável dos timorenses.

— **Desenvolvimento sustentável:** o sucesso da economia azul depende do planeamento, monitorização e avaliação das políticas, programas e projetos que promovam o desenvolvimento económico de forma equilibrada, onde “utilizar” não seja o equivalente a “esgotar” os recursos, levando em consideração os princípios de sustentabilidade ambiental, social e económica.

— **Apoio à inovação:** a economia azul está associada à inovação tecnológica e à criação de novas oportunidades de negócios, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas. Em Timor-Leste, um Estado jovem e frágil, apostar na inovação tecnológica é um desafio, não só pela escassez de recursos financeiros, como da própria capacidade dos recursos humanos que carecem de conhecimentos em áreas específicas relacionadas com o desenvolvimento da economia azul.

— **Cooperação nacional, do poder central ao local:** a implementação da economia azul em Timor-Leste implica a participação efetiva de todas as componentes da sociedade, desde o poder central ao local, envolvendo as entidades públicas, privadas e a sociedade civil, incluindo organizações de mulheres, associações de pessoas com deficiência, imprensa e autoridades locais. Estes parceiros estratégicos são cruciais para a identificação das ameaças e dos desafios, mas também das oportunidades que a economia azul oferece. Como tal, o exercício pleno dos direitos de informação e de participação pública são elementos fundamentais do processo. O conhecimento privilegiado das comunidades locais será fundamental para definir e implementar políticas adequadas ao desenvolvimento da economia azul, sendo a sua participação ativa, em estreita colaboração com o Governo e parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais, condição indispensável desta visão política e estratégica.

— **Cooperação internacional e regional:** fomentar iniciativas de cooperação internacional e regional para promover a economia azul em Timor-Leste, como uma forma de superar ameaças e desafios globais e regionais, uma vez que os recursos marinhos não conhecem fronteiras e a sua proteção e conservação necessitam de uma abordagem global e regional. Por outro lado, a partilha de conhecimentos e experiências, bem como a procura de boas práticas e capacidades técnicas de países amigos e cooperantes, serão cruciais numa primeira fase de desenvolvimento da

economia azul. Timor-Leste irá assegurar a sua participação nos vários fóruns internacionais e fazer uso das plataformas de cooperação onde está inserido, com o duplo objetivo de desenvolver parcerias estratégicas e de participar ativamente no quadro global de governação dos mares e oceano.

Para além disso, foram considerados vários setores de atividade económica para a elaboração do quadro estratégico de desenvolvimento nacional. Foram consideradas, desde as atividades tradicionais, como a pesca, o setor marítimo-turístico e a componente de logística e de infraestruturas, como o transporte marítimo e a construção e reparação naval, às atividades de maior inovação tecnológica, como a extração de petróleo e gás offshore, o desenvolvimento de energias renováveis offshore e a biotecnologia marinha. Estas atividades estão ilustradas no quadro seguinte:



Conceito da Economia Azul de Timor-Leste

O conceito de economia azul está em crescimento, nos últimos anos e em todas as partes do mundo. Isto porque é cientificamente aceite que um oceano saudável apresenta soluções para muitos dos desafios do mundo atual.

Em Timor-Leste, o mar marcou o passado do país e é um dos pilares da visão para o futuro. Para o povo de Timor-Leste, o mar é parte integrante do seu modo de vida e tem um significado espiritual. Segundo a lenda, os timorenses são netos do crocodilo – *“após a sua morte, o seu corpo tornou-se a terra de Timor, as cristas nas suas costas tornaram-se as montanhas e os vales, e o oceano a sua morada final”*.

Muitos timorenses dependem do mar para o seu sustento e subsistência, pescando e recolhendo espécies marinhas. Os ricos recifes de coral, com uma das maiores biodiversidades do mundo, e as íngremes falésias subaquáticas que rodeiam Timor-Leste, são uma atração crescente para os turistas.

As águas quentes e as belas praias tropicais, a migração anual de baleias azuis, golfinhos e dugongos, a cultura distintiva na região e o povo acolhedor, são as condições ideais para desenvolver um turismo de base comunitária, que contribui para a criação de emprego e para a redução da pobreza, sem reduzir a quantidade e a diversidade da riqueza marinha.

A pesca é uma atividade fundamental para a economia timorense. No entanto, a falta de capacidade de Timor-Leste para exercer uma vigilância efetiva sobre o seu espaço marítimo nacional, tem permitido a pesca ilegal, praticada por frotas comerciais estrangeiras, causando grande prejuízo económico e ambiental. É necessário encontrar soluções para pôr fim a esta situação e garantir a sustentabilidade das espécies de peixes que estão a ser exploradas de forma descontrolada e ilegal.

Por outro lado, são várias as potencialidades de desenvolvimento para explorar, desde a aquicultura, ao transporte e infraestruturas marítimas, instalações e atividades portuárias, bem como as energias renováveis marinhas. Isto apoiado por um plano de sustentabilidade oceânica que regule a área marítima sob a jurisdição timorense, onde o desenvolvimento económico e social de longo-prazo não descure a proteção do ecossistema marinho.

Isto está intrinsecamente relacionado com o objetivo de Timor-Leste de alcançar a soberania plena sobre o seu território marítimo, o qual ainda depende da delimitação de fronteiras com os Estados vizinhos. Neste sentido, Timor-Leste delimitou, recentemente, as suas fronteiras marítimas com a Austrália.

Timor-Leste concluiu, com sucesso, a delimitação das fronteiras marítimas com a Austrália, através do processo histórico de conciliação obrigatória ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), da qual Timor-Leste é um Estado-parte. O resultado do processo de conciliação obrigatória resultou na celebração do *“Tratado entre a República Democrática de Timor-Leste e a Austrália que*

estabelece as respetivas fronteiras marítimas no Mar de Timor”, assinado em março de 2018 e ratificado em agosto de 2019.

Atualmente, o país está a desenvolver esforços para delimitar as fronteiras marítimas com a Indonésia, alargando assim o seu potencial de exploração de recursos, sobretudo sobre a Zona Económica Exclusiva, o que inclui direitos de exploração de recursos na coluna de água, tais como a pesca.

Por todas estas razões, o conceito de economia azul que serve a Timor-Leste é aquele que associa o potencial económico dos recursos marinhos ao necessário desenvolvimento sustentável nacional, sem descuidar a proteção e conservação da natureza e a resiliência ambiental. Assim, o **conceito** de economia azul para Timor-Leste é:

O conjunto de políticas e ações integradas que, com enfoque no mar, apoiam o desenvolvimento económico e social do país, com base em boas práticas ambientais, de forma diversificada, sustentável e inclusiva, garantindo o equilíbrio a longo-prazo dos ecossistemas e recursos marinhos.

Quadro Estratégico da Economia Azul de Timor-Leste

É importante relembrar que a economia azul abrange todos os espaços aquáticos, incluindo o oceano, mares, costas, lagos, rios e águas subterrâneas, o que inclui assim não só os espaços costeiros do país, mas também o interior, nomeadamente as montanhas do país.

É ponto assente, que a maioria dos problemas do oceano têm origem em terra, nomeadamente através do lixo marinho (incluindo o plástico); poluição por efluentes industriais e domésticos e resíduos agrícolas, e crescimento das áreas urbanas costeiras. Isto vem adicionar a pressão sobre o oceano, também condicionado pelos desafios da sobrepesca, da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, aquecimento da água, acidificação, eutrofização e desoxigenação do oceano, com a consequente perda de biodiversidade marinha e degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Com base no conceito de Economia Azul adotado para Timor-Leste, o Governo definiu uma visão, um objetivo e uma missão.

O Governo de Timor-Leste partilha assim da **visão** de que:

Investir no crescimento dos setores costeiros, marinhos e marítimos é assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo de todos os timorenses, ao mesmo tempo que se promove um oceano saudável com base no conhecimento científico.

E se esta é a visão de Timor-Leste, o mote que a complementa é: “*Timor é TASI! Timor, Azul, Sustentável e Inovador*”.

O principal **objetivo** da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste é:

Definir e implementar políticas e iniciativas estratégicas e integradas, recorrendo ao conhecimento científico e comunitário, que transformem a área marítima e costeira, sob jurisdição timorense, numa fonte de oportunidades de desenvolvimento económico, social e ambiental - sustentável e inclusivo.

Este objetivo é ainda mais relevante se considerarmos que a adicionar aos desafios já existentes no país, enquanto País Menos Desenvolvido (LDC na sigla inglesa) e Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS na sigla inglesa), Timor-Leste enfrenta os desafios crescentes das alterações climáticas.

O Governo de Timor-Leste assume, por isso, a **missão** de:

Promover o conhecimento, a proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais marinhos e costeiros no âmbito nacional e internacional, por forma a garantir o binómio: resiliência às alterações climáticas e desenvolvimento económico, social e ambiental das gerações atuais e futuras.

Quadro Estratégico da Economia Azul de Timor-Leste

Visão	Investir no crescimento dos setores costeiros, marinhos e marítimos é assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo de todos os timorenses
Objetivo	Definir e implementar políticas e iniciativas estratégicas e integradas, recorrendo ao conhecimento científico e comunitário, que transformem a área marítima e costeira, sob jurisdição timorense, numa fonte de oportunidades de desenvolvimento económico, social e ambiental - sustentável e inclusivo
Missão	Promover o conhecimento, a proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais marinhos e costeiros no âmbito nacional e internacional, por forma a garantir o binómio: resiliência às alterações climáticas e desenvolvimento económico, social e ambiental das gerações atuais e futuras

EIXOS, PILARES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA AZUL

A estratégia de implementação da Política e Plano de Ação inclui quatro principais eixos de ação que estruturam a visão, sustentados em pilares orientadores e objetivos específicos.

EIXO 1: INVESTIGAÇÃO, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CONHECER O MAR)

Para proteger, conservar e promover o ambiente marinho e costeiro é necessário conhecer o capital natural e a importância dos serviços prestados pelos ecossistemas para fomentar um desenvolvimento económico que use os recursos naturais de uma forma sustentável.

O equilíbrio entre o desenvolvimento económico sustentável e a capacidade de resiliência do oceano para suportar essas diferentes atividades humanas é a definição, por excelência, da economia azul. Neste sentido, só mediante boa ciência será possível conhecer melhor o mar (Tasi) adjacente ao território nacional – o espaço marítimo nacional, e, conseqüentemente, ter bons processos de decisão que deem lugar a boas políticas públicas.

Por outro lado, para contribuir para o desenvolvimento sustentável é necessário promover a educação junto das crianças e dos jovens sobre a importância do oceano e a sua relevância para a saúde e equilíbrio do planeta. É fundamental que as crianças e os jovens, bem como todos os cidadãos em geral, tenham acesso ao conhecimento, capacidade e valores que fomentem o respeito pela natureza, em particular o respeito pelo meio ambiente marinho.

Para criar uma geração azul é necessário não só trabalhar em termos de currículos escolares e académicos, mas também promover ações de formação para professores (com recursos educativos e materiais adequados) de forma a construir conhecimento, capacidade crítica e, conseqüentemente, alterar comportamentos.

Por fim, comunicar o conhecimento e aprofundar uma cultura oceânica permitirá aos timorenses reconectarem-se com o seu mar e explorar todas as oportunidades associadas, não apenas em termos de geração de receitas e oportunidades de emprego, como também da utilização sustentável dos recursos marinhos.

Comunicar a economia azul levará a uma maior compreensão, cooperação e gestão nacional sobre os recursos marinhos existentes para que estes possam ser salvaguardados para as futuras gerações.

Pilar 1: Investigação Científica Marinha

- Regime Jurídico de Investigação Científica Marinha Internacional
- Levantamento e Estudo da Biodiversidade Marinha de Timor-Leste

Pilar 2: Educação, Formação e Comunicação Estratégica

- Educação e Formação Profissional
- Centros de Investigação e Educação Marinha
- Património Cultural Marinho e Subaquático
- Comunicação Estratégica e Cultura Oceânica

EIXO 2: PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE MARINHA (RESPEITAR O MAR)

Há uma ligação intrínseca e ancestral entre a cultura e os ecossistemas marinhos em Timor-Leste, que constitui uma mais-valia para o processo de desenvolvimento sustentável da nação e do seu povo, e para que sejam alcançados os objetivos da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste.

Timor-Leste está comprometido com a proteção do oceano e preservação da biodiversidade marinha, a nível nacional, regional e global.

Os princípios basilares inscritos na Constituição, os princípios orientados constantes do quadro legal em vigor e os compromissos internacionais assumidos por Timor-Leste, são manifestação da sinergia entre o conhecimento e práticas culturais existentes no país relativamente ao mar, os valores e aspirações do povo timorense e o compromisso político com a conservação e promoção do ambiente e a preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

O reconhecimento legal do Tara Bandu, costume tradicional integrante da cultura de Timor-Leste que regula a relação entre o homem e o ambiente em seu redor, utilizado para a preservação dos ecossistemas terrestres e marinhos, reflete este contexto.

A proteção ambiental e de biodiversidade marinha refere-se às medidas tomadas para preservar e conservar os recursos naturais, flora, fauna e *habitats* marinhos, e envolve a consciencialização, preservação e uso sustentável do oceano, mares, rios, estuários e dos seus ecossistemas associados.

É com base neste enquadramento que será feita a gestão e proteção marinha e costeira, definida habitualmente como o conjunto de práticas, políticas e estratégias voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos marinhos e áreas costeiras.

Serão adotadas as medidas adequadas para reforçar a preservação e conservação da biodiversidade marinha, nomeadamente o ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional, espinha dorsal da economia azul em termos de abordagem integrada e ecossistémica do espaço marítimo, com a devida interação entre a terra e o mar e a revisão das Áreas Marinhas Protegidas para o país, formalizando a sua declaração, bem como definir e implementar os seus planos de gestão.

O Regime Jurídico do Ordenamento e da Gestão do Espaço Marítimo será o pilar fundamental para o desenvolvimento da economia do mar sustentável em Timor-Leste, em articulação com as demais áreas setoriais relevantes, como o ambiente, a economia, a energia, o turismo, entre outras.

As áreas marinhas protegidas constituem um instrumento essencial para a promoção e preservação do meio ambiente marinho, que deve ser utilizado de forma complementar, desde logo, com o regime jurídico sobre o ordenamento e a gestão do espaço marítimo.

Em resumo, a conservação da biodiversidade é um elemento central da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste, sendo um pilar transversal de boa governação.

Pilar 3: Gestão e Proteção Marinha e Costeira

- Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo Nacional
- Áreas Marinhas Protegidas
- Cooperação Transfronteiriça
- Reforço dos Regimes de Avaliação de Impacte Ambiental

Pilar 4: Conservação da Biodiversidade Marinha

- Recifes de Coral
- Mangais
- Algas e Ervas Marinhas
- Cetáceos, Tartarugas, Tubarões, Dugongos e outras espécies marinhas

Pilar 5: Combater a Poluição Marinha e Gestão de Resíduos

Pilar 6: Sequestro de Carbono

EIXO 3: UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL (VIVER COM O MAR)

O país é abençoado com recursos naturais, nomeadamente reservas de gás e petróleo, cujas receitas têm suportado o desenvolvimento nacional durante mais de duas décadas.

No entanto, estes são recursos naturais finitos e, como tal, o Governo está empenhado em investir na diversificação económica, designadamente através da economia azul.

Pretende-se que as comunidades timorenses se conectem ainda mais ao mar e a todas as oportunidades de desenvolvimento sustentável que este proporciona. Isto inclui, para além da preservação e conservação da sua biodiversidade, as oportunidades de utilização sustentável dos recursos marinhos, com a consequente oportunidade de criação de emprego, geração de rendimentos e melhorias das condições socioeconómicas, incluindo no setor da saúde, educação, cultura, desporto e lazer.

O Governo irá, como tal, investir no desenvolvimento dos sectores das pescas, da aquicultura, do turismo e das energias renováveis, que trarão retornos económicos adicionais e outros benefícios para Timor-Leste, como investir em novos sectores económicos e industriais, encorajando o desenvolvimento do setor privado nacional e o investimento direto estrangeiro no país.

Esta estratégia inclui o reforço da cooperação internacional, através da partilha de conhecimentos, experiências e investimentos, tendo como denominador comum o oceano. Um oceano que liga Timor-Leste ao mundo e o mundo a Timor-Leste, também na confrontação de desafios comuns que colocam em causa a segurança, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável de muitas nações, particularmente os Pequenos Estados Ilha em Desenvolvimento e os Países Menos Desenvolvidos.

Pilar 7: Turismo Azul

- Turismo Costeiro
- Turismo Marítimo ou Náutico
- Turismo de Natureza

Pilar 8: Exploração de Recursos Vivos

- Pescas e Aquicultura
- Biotecnologia Marinha

Pilar 9: Exploração de Recursos Não Vivos e Produção de Energia

- Produção de Hidrocarbonetos
- Energias Renováveis
- Produção de Sal
- Mineração
- Dessalinização

Pilar 10: Transportes Marítimos e Desenvolvimento Portuário e Logístico

- Infraestruturas
- Desenvolvimento Portuário e Logístico
- Transportes Marítimos e Navegação
- Construção e Reparação Naval

Pilar 11: Segurança Marítima

- Capacitação, Vigilância e Fiscalização
- Monitorização e Cooperação Internacional

EIXO 4: APOIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA AZUL (PILARES TRANSVERSAIS)

Pilar 12: Água e Saneamento Básico

O desenvolvimento da economia azul depende, em grande parte, de um saneamento básico adequado que garanta que as águas costeiras e interiores não sejam contaminadas por resíduos e águas poluídas, nomeadamente provenientes dos sistemas de esgotos.

A conservação dos ecossistemas marinhos e aquáticos, e respetivas espécies e biodiversidade, dependem, pois, do tratamento adequado das águas residuais e da gestão eficiente dos resíduos sólidos, para que estes não afetem a sustentabilidade de vários ecossistemas fundamentais que vão desde os mangais, aos *habitats* das áreas de transição, aos recifes de coral, entre outros.

É neste sentido que se pode afirmar que não existe economia azul sem saneamento básico adequado, incluindo o tratamento e proteção dos recursos hídricos nacionais.

Em resumo, o saneamento básico e a economia azul estão interligados. Um sistema de saneamento eficiente é essencial para garantir a proteção e a sustentabilidade dos recursos hídricos, o que, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento económico das comunidades que dependem desses recursos.

Pilar 13: Gestão e Conservação de Zonas Húmidas e de Transição

A economia azul é uma abordagem holística e interdependente que interliga os ecossistemas terrestres e marinhos. Isto significa que, para promover um desenvolvimento realmente sustentável e harmonioso em todo o país, é necessário

articular as atividades em áreas interiores do país, incluindo as zonas montanhosas, porque estas afetam a saúde do oceano e vice-versa.

O Governo considera que uma perspetiva integrada na gestão e conservação de zonas húmidas e de transição pode levar a melhores práticas de gestão e conservação ambiental, beneficiando as comunidades locais.

Neste sentido o Governo irá considerar:

- As bacias hidrográficas e ciclos hídricos: considerando que a água que flui das montanhas e das ribeiras para o mar condiciona a saúde dos ecossistemas marinhos. Assim, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a conservação das bacias hidrográficas, em áreas montanhosas e ribeiras, é crucial para garantir a qualidade da água que chega aos mares. Além disso, a degradação das bacias hidrográficas contribui para a poluição e perda de biodiversidade.
- Atividades económicas e domésticas: desde as práticas agrícolas, florestais e industriais em áreas montanhosas e junto às margens das ribeiras, bem como a poluição e má gestão de resíduos sólidos, nomeadamente o plástico, e os sedimentos das zonas em erosão que convergem para as ribeiras e águas subterrâneas.
- Ações de proteção e limpeza das zonas húmidas e de áreas costeiras e de transição, que dependem das práticas sustentáveis em área terrestre, evitando que durante os períodos de chuva intensa os resíduos sejam transportados para o mar.
- A mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O desenvolvimento sustentável através da economia azul deverá incluir a promoção de práticas sustentáveis em toda a cadeia, e em todo o percurso das águas, desde as nascentes até ao encontro com o mar, ou seja, desde as montanhas e águas interiores até às zonas costeiras e de transição e oceano.

Pilar 14: Desenvolvimento Rural, Comércio e Indústria

A economia azul, como já referidas inúmeras vezes, refere-se a um modelo económico que valoriza a utilização sustentável dos recursos marinhos, promovendo o crescimento económico, a inclusão social e a preservação dos ecossistemas marinhos.

Esta estratégia de desenvolvimento económico pode ser uma poderosa aliada no desenvolvimento rural, especialmente em regiões onde os recursos marinhos são uma parte fundamental da vida e da economia local. Atividades como a pesca sustentável, a aquicultura, o turismo marinho e exploração de recursos marinhos podem criar

empregos e gerar renda para as comunidades rurais, as quais compõem a maioria da população timorense.

Nesta dupla perspectiva de sustentabilidade e desenvolvimento rural, a economia azul oferece alternativas à agricultura tradicional, permitindo que as comunidades diversifiquem suas fontes de renda e reduzam a dependência a uma única atividade.

Por outro lado, o desenvolvimento de atividades ligadas à economia azul pode incentivar investimentos em infraestruturas como portos, estradas e serviços de transporte, beneficiando não apenas a exploração dos recursos marinhos, mas melhorando o acesso a mercados e serviços para as comunidades rurais.

A criação de cooperativas e indústrias e o fomento do comércio desempenham papéis cruciais nesse contexto, sobretudo do ponto de vista do envolvimento do setor privado e da criação de emprego, fundamentais à diversificação económica, em áreas como a pesca e cultivo marinho, bem como outras indústrias como o turismo marinho e indústrias conserveiras, a energia renovável, a biotecnologia marinha, entre outras oportunidades que geram emprego e oportunidades de negócio, promovendo o desenvolvimento económico local.

A indústria da economia azul impulsiona a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias para a exploração e uso sustentável dos recursos marinhos. Isto inclui inovações em biotecnologia, tecnologias de monitorização ambiental e métodos de produção sustentável, para potenciar o comércio em produtos derivados do mar, como pescado, algas, biocombustíveis e produtos farmacêuticos, os quais podem ser comercializados globalmente. O comércio internacional pode trazer receitas significativas para os países costeiros, além de promover a troca de conhecimentos e melhores práticas.

Para esta ser uma estratégia bem-sucedida é necessário que existam estratégias coordenadas de desenvolvimento a nível de infraestruturas costeiras e portuárias, que facilitem o transporte e a logística, sem detrimento destas iniciativas promoverem a conservação e a proteção ambiental.

Em resumo, o comércio e a indústria são fundamentais para o desenvolvimento da economia azul, pois não apenas contribuem para o crescimento económico, mas também promovem a sustentabilidade e a conservação dos recursos marinhos. A integração de práticas sustentáveis nessas atividades é essencial para garantir que o oceano continua a ser uma fonte de riqueza e bem-estar para as gerações futuras.

Pilar 15: Conta Satélite do Mar

A criação da Conta Satélite do Mar é fundamental para a medição da expressão da economia azul na economia nacional de Timor-Leste e na criação de emprego, assim como para a verificação do cumprimento de outros objetivos quantificáveis estabelecidos pelo Governo para os demais domínios setoriais.

No essencial, a Conta Satélite do Mar constitui um instrumento estatístico de compilação de dados e de análise, obedecendo aos conceitos contabilísticos mais adequados e elaborado de acordo com as melhores práticas contabilísticas.

O Governo aprovará uma Resolução de Conselho de Ministros que constituirá a Conta Satélite do Mar, cabendo ao Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste a preparação deste importante instrumento estatístico, atuando em colaboração com os órgãos e serviços das demais áreas setoriais relevantes.

A Conta Satélite do Mar será publicada cada três anos, sem prejuízo da compilação anual de dados que permita um acompanhamento mais próximo da evolução estatística da economia azul.

Esta estratégia permitirá medir as atividades económicas baseadas no mar, para fins de inovação e desenvolvimento de estratégias. O Governo considera, assim, que é fundamental avaliar a produção bruta, o valor acrescentado e o emprego da economia azul em relação à economia nacional, de modo a medir a sua contribuição global.

Atualmente, Timor-Leste não possui dados detalhados necessários para desagregar indicadores específicos das atividades da economia azul e as suas contribuições para a produção nacional, sendo que o Governo pretende abordar esta questão de forma gradual.

Pilar 16: Instrumentos de Planeamento, Financiamento e Monitorização

O planeamento, financiamento e monitorização da Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste, irá necessitar de uma calendarização própria, com o respetivo plano de ação que define prioridades e as respetivas medidas de curto, médio e prazo, isto também para conveniência dos investimentos necessários e respetivos constrangimentos orçamentais da despesa pública.

Assim, e sem prejuízo dos programas e projetos a serem desenvolvidos com os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste e os projetos de iniciativa privada, ou do setor privado, bem como de ONG's locais e internacionais, é necessário selecionar as prioridades para o desenvolvimento da economia azul na presente legislatura e respetivas fontes de financiamento.

A eficácia e sustentabilidade da implementação da Política da Economia Azul obriga à adoção de um conjunto de medidas estruturais e operacionais que assegurem a articulação institucional, a apropriação comunitária e a capacitação técnica dos diferentes atores envolvidos. Trata-se de assegurar que a ambição política se traduza em impacto real e duradouro, alicerçado num modelo de governação eficaz e inclusivo.

Uma análise preliminar do panorama atual do financiamento da economia azul em Timor-Leste, identifica assim os recursos públicos nacionais, a assistência de parceiros de desenvolvimento e investimentos do sector privado, e avalia em que medida estes fluxos se centram atualmente na economia azul, ou que poderão ser redirecionados para esta através de negociações bilaterais, regionais e internacionais.

Neste sentido, em primeiro lugar é necessário comunicar as prioridades do Governo não só para um maior alinhamento dos Parceiros de Desenvolvimento, como para uma maior compreensão por parte dos investidores sobre as oportunidades apresentadas pelo mercado timorense, por forma a diminuir a perceção de risco de investimento e a eventual perceção de insuficiente apoio e compromisso por parte do setor público.

Do lado da procura, existem lacunas em termos de conhecimento, capacidade e consciencialização relativamente às oportunidades de negócio e de investimento ligados à economia azul. O Governo, através da sua política e plano de ação, pretende colmatar esta lacuna, definindo as suas prioridades para canalizar opções de projetos "financiáveis" e medidas de apoio, ou de subsídios a definir, tais como reduções de taxas de imposto, em setores como eletricidade, rendas, e outros a definir, para que o setor público seja um efetivo parceiro no financiamento das atividades a desenvolver no país.

A economia azul pretende ser também mais um incentivo ao desenvolvimento do sector privado nacional, o qual está significativamente subdesenvolvido. Por outro lado, o Governo está confiante que através dos seus objetivos estratégicos para a economia azul poderá vir a captar um maior investimento direto estrangeiro, com benefícios para todos os intervenientes, com consequências diretas na melhoria das condições de vida dos timorenses.

Plano de Ação da Economia Azul

O Plano de Ação pretende estabelecer os objetivos estratégicos, medidas e ações para os próximos dez anos, nomeando as entidades governamentais responsáveis pela sua implementação, em articulação com os respetivos parceiros, incluindo a calendarização para o efeito e os principais indicadores e resultados.

Neste sentido, a parte final da “Política e Plano de Ação para a Promoção de uma Economia do Mar Resiliente e Sustentável em Timor-Leste” resume-se numa tabela que pretende estabelecer um roteiro de implementação para o desenvolvimento sustentável nacional, a ser considerado nos planos anuais dos ministérios e agências governamentais e os respetivos planos de financiamento, monitorização e avaliação – condições fundamentais não só para a implementação do quadro estratégico da economia azul, mas também do essencial acompanhamento da Sociedade Civil e validação própria de um Estado de direito democrático.





Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas
Governo da República Democrática
de Timor-Leste

©2026